

Pode a União Europeia Mediar a Guerra Israelo-Árabe?

George Joffé

Se os Estados Unidos voltarem a não aceitar o papel de mediador externo no conflito israelo-árabe outra grande potência deverá substituí-los. O único possível candidato é a União Europeia, mas o problema é que os Estados europeus ainda não desenvolveram uma política externa comum — e sem coesão dificilmente existe firmeza.

Ao longo da primeira quinzena do mês de Maio, a violência em Israel e nos territórios ocupados intensificou-se e modificou-se. Em vez das imensas manifestações do último trimestre de 2000, aumentaram os ataques com morteiros aos colonatos e o assassinio de colonos judeus. No interminável e violento jogo de olho por olho e dente por dente, as Forças Armadas israelitas (Tsahal) também intensificaram as tentativas de forçar os palestinianos a abandonar a violência, mas para isso utilizando, e de forma exemplar, a mesma violência.

Cresceu o número dos assassinios escolhidos a dedo, apesar de os alvos terem pouco ver com a liderança da resistência palestiniana. O uso da força foi aumentando de forma dramática, até se chegar ao ponto de, no final da segunda semana, caças F-16 israelitas (fabricados e vendidos pelos Estados Unidos) bombardearem alvos na Faixa de Gaza. Parece que estes aviões, com o seu imenso poder de fogo, substituíram os helicópteros equipados com metralhadoras, enquanto os tanques continuam as suas incursões em território sob exclusivo controlo da Autoridade Palestina.

Ariel Sharon também mostrou que não respeita as pessoas. Primeiro, cinco polícias palestinianos foram mortos perto de Ramallah, em condições que fazem suspeitar de um assassinio premeditado; dois dias depois, uma bomba teve como alvo, entre outras coisas, um quartel e matou mais onze polícias. Até o chefe da segurança da Cisjordânia, Jibril Raghoub, conhecido pelas suas posições moderadas (ao contrário de um número crescente de compatriotas seus) no que toca às futuras relações com Israel, não esteve a salvo. Na terceira semana de Maio, estava ele ao telefone quando a sua casa foi alvejada com "rockets" devido ao facto de o pátio ter sido usado para disparar contra tropas israelitas — isto segundo um porta-voz da Tsahal. A organização extremista palestiniana Hamas retaliou, através de um jovem bombista-suicida — a explosão do engenho matou-o a ele e a mais seis pessoas, à porta de um centro comercial na cidade costeira de Netanya. Foi este incidente que levou Sharon a dar ordem para os F-16 atacarem, naquilo que o jornal "Financial Times" descreveu como "um ataque vingativo".

Os raids e bombardeamentos parecem ter finalmente despertado a opinião pública internacional, até então algo indiferente ao destino dos palestinianos (aos quais destinava apenas alguns apertos de mão e palmadinhas nas costas bem intencionadas) — começou a surgir um sentimento de que esta crise não pode continuar. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga Árabe reuniram-se no Cairo e decidiram pedir aos países-membros para terminarem as suas ligações com Israel. Foi uma forte tomada de posição, na qual, e pela primeira vez, o Egipto e a Jordânia concordaram. De forma implícita, o plano de paz jordano-egípcio, que tinha sido aplaudido nas capitais ocidentais e recebido com indiferença em Telavive,

recebeu autorização para desaparecer. Mas, dado o estado exaltado da opinião pública árabe, não poderiam fazer outra coisa. Nem a Liga, agora com um novo e dinâmico líder — Amr Mousa, ex-ministro egípcio dos Negócios Estrangeiros — os deixaria ter outra atitude. É que é sabido que Mousa não está satisfeito com as cautelas que o Presidente Mubarak tem demonstrado desde que a crise palestina rebentou em Setembro.

Que se pode fazer?

Em Washington, a Administração Bush (que se tem distanciado da política de clara e determinada intervenção no Médio Oriente do seu antecessor, Bill Clinton) está sob uma crescente pressão popular para agir. Como resultado, o secretário de Estado, Colin Powell, viu-se forçado a mudar de direcção, dirigindo a sua atenção da área do Golfo Pérsico — onde tem andado a recolher apoios dos aliados dos Estados Unidos naquela região para a sua nova política de "sanções inteligentes" — para o Levante, tendo mesmo já condenado o uso por parte de Israel de caças fornecidos pelos Estados Unidos contra alvos palestinianos.

O tom progressivamente mais hostil da Administração Bush ao longo de Maio nos seus comentários relativos ao conflito israelo-árabe demonstra que está a ficar irritada com a forma como a sua agenda de política externa está a ser determinada pelos acontecimentos do Médio Oriente. O Presidente Bush limitou-se a telefonar aos dois protagonistas, pedindo que estes recomeçassem as negociações, e deixou que a sua equipa se encarregasse de estudar as possibilidades de eclosão de uma guerra. Os seus interlocutores não prestaram muita atenção, ignorando a declaração oficial norte-americana, muitas vezes repetida, de que os colonatos são uma barreira à paz e que a violência por parte dos palestinianos deve acabar antes de se começar a negociar. Ao secretário de Estado foi deixada a missão de desenvolver uma nova política com dois objectivos: restabelecer a credibilidade dos Estados Unidos na região e fornecer uma esperança real de que a violência pode ser controlada. No entanto, Powell parece tão falho de iniciativa como os seus colegas.

Foi neste cenário de violento e triste beco sem saída que o senador George Mitchell divulgou o seu muito aguardado relatório sobre a situação nos territórios ocupados. O relatório (publicado a 21 de Maio) é admiravelmente equilibrado e imparcial, pois tanto condena a violência dos palestinianos como as brutais tácticas do exército israelita. Mas não deixou de frisar que os colonatos israelitas nos territórios ocupados são uma provocação e que os mesmos deveriam ser suspensos, como um primeiro passo para restaurar a confiança entre as partes. Claro que Israel, embora congratulando-se pelo relatório, desde logo avisou que não aceitaria críticas acerca do comportamento das suas Forças Armadas, nem toleraria críticas sobre a sua política de colonatos. Assim, de um só golpe esvaziou o relatório, embora este seja uma pequena concessão para acalmar a opinião pública mundial. Shimon Peres, o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita (que, como membro do Partido Trabalhista e Prémio Nobel da Paz, deveria não ter aceitado integrar um Governo chefiado por Sharon, cuja brutalidade e determinação são conhecidas), anunciou que Israel se cingirá a uma política de expansão dentro dos limites dos colonatos existentes, e não serão anexados novos territórios. Todavia, na sequência das críticas americanas após o ataque dos F-16, Sharon impôs um cessar-fogo unilateral às Forças Armadas israelitas - significando apenas que não poderia ser iniciada qualquer acção armada mas permitindo a resposta aos ataques que lhes fossem dirigidos. Contudo, o número de vítimas mortais diminuiu.

Apesar das críticas de Israel, os Estados Unidos deixaram bem claro que apoiarão o relatório Mitchell como o melhor meio para se avançar por entre o caos e miséria que Israel criou nos territórios ocupados, pois sabem que Yasser Arafat concordará.

Também sabem que a União Europeia (UE) apoiará uma tal iniciativa, para a qual Javier Solana, secretário-geral para a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, já deixou bem claro que procurará apoios. Solana deve visitar quatro dos principais líderes do Médio Oriente (em Israel, Jordânia, Palestina e Egipto) após a publicação do relatório Mitchell. Mas, tal como no passado, é muito pouco provável que a Administração Bush esteja preparada para pressionar fortemente Israel, e Sharon poderá assim prosseguir uma política que apenas pode levar a mais derramamento de sangue. Tal como o jornal liberal israelita "Ha`retz" pôs em manchete, que sucederá se vinte israelitas morrerem no próximo ataque suicida? Irá então Ariel Sharon utilizar uma das duzentas bombas nucleares que se sabe possuir para destruir Ramallah?

Ironicamente, Sharon seria colocado à prova uma semana mais tarde quando um ataque-suicida matou dezanove pessoas, incluindo o bombista, no exterior de uma clube nocturno de Tel Aviv. A início, a retaliação maciça por parte de Israel pareceu inevitável e a notícia de um plano para dividir os territórios palestinianos em 30 cantões, cada um sob tutela de um administrador designado pelos israelitas, demonstrava a determinação de Israel em acabar com a Autoridade Palestiniana e Yasser Arafat de uma vez por todas. Foram dadas vinte e quatro horas aos palestinianos para que ordenassem um cessar-fogo antes que fosse desencadeada uma acção de retaliação - e, nesta altura, Arafat tinha pressa em obedecer, sabendo que a simpatia internacional estava contra os palestinianos. Apesar das ameaças de um novo ataque do Hamas vários palestinianos aceitaram com relutância o conselho, apesar de continuarem a existir focos de violência esporádicos. O frágil cessar-fogo continuou a manter-se e o presidente Bush não perdeu tempo em tentar consolidá-lo e enviou para a região o director da CIA, George Tennen, com o objectivo de restabelecer o diálogo israelo-árabe sobre segurança. Contudo, ninguém acredita que possa durar, apesar do renovado compromisso americano.

Existe uma alternativa europeia?

Não há tempo a perder se queremos evitar uma guerra total no Médio Oriente. Os líderes regionais estão ansiosos para que isso não aconteça, apesar de a população palestiniana estar actualmente quase fora do controlo de Arafat. Isto significa que um mediador externo deverá avançar, e se os Estados Unidos voltarem a não o fazer (como parece provável), outra grande potência deverá substituí-los. O único possível candidato é a União Europeia, que tem peso diplomático internacional e mecanismos que possibilitarão alguma espécie de intervenção. Há alguns anos, Miguel Morotinos foi nomeado embaixador itinerante e representante da UE na processo de paz do Médio Oriente, com mandato para apoiar as negociações. Agora a União tem um responsável pela Política Externa Comum na pessoa de Javier Solana, que, enquanto secretário-geral da NATO, acumulou muita experiência de situações de conflito e já esteve envolvido na crise do Médio Oriente - foi membro da Comissão Mitchell e participou nas discussões que levaram ao último cessar-fogo. E existe ainda o membro da Comissão Europeia responsável pelo pelouro das Relações Externas, comissário Chris Patten, que pode juntar o seu peso a uma iniciativa comum destinada a parar a violência. Já o fez, aliás, quando avisou que imporá sanções a produtos provenientes dos colonatos. Poderá ainda ir mais longe, pois é quem acompanha o acordo de comércio livre entre Israel e a União, que exige que o Estado judaico respeite os padrões internacionais no que toca aos direitos humanos e governo democrático!...

O problema é que os Estados europeus (que, no fim de contas, fornecem o impulso para as decisões da política comum) ainda não desenvolveram uma política em comum! Apesar do crescente clamor da opinião pública europeia para o fim de uma luta desigual (pois, apesar das simpatias pró-Israel, a maioria dos observadores

concordam em que, após o início da Intifada de Al-Aqsa, em Setembro, a opinião pública rapidamente abandonou o apoio à política israelita e quer agora a paz com os palestinianos), os governantes europeus continuam a debitar piedosas esperanças de que, de alguma forma, a violência irá terminar e as negociações serão retomadas. Infelizmente, é claro que isto não acontecerá; os israelitas perderam a fé numa paz negociada e os palestinianos já não aceitarão os compromissos que lhes foram exigidos no passado, em particular quanto aos colonatos, para além da questão de Jerusalém Oriental e dos refugiados nos seus campos miseráveis no Líbano, Jordânia e Síria. Uma iniciativa corajosa, que obrigue os dois lados de um conflito que, como um ministro israelita admitiu em meados de Maio, é agora “uma guerra”, conceda algo ao outro lado é o único caminho viável. E é neste particular que o relatório Mitchell providencia uma via (o “mapa” que Solana diz que procura), e um fim para a expansão dos colonatos, que o relatório recomenda, é o mecanismo pelo qual ela pode ser conseguida. O problema, como sempre, e devido à fraqueza dos Estados europeus, é que a Europa pode não mostrar a necessária determinação para forçar Israel a ceder! Assim, se não o conseguir fazer na actual crise, é legítimo perguntar o que alguma vez poderá uma Europa unida fazer através da sua muito apregoada mas pouco testada Política Externa e Segurança Comum.